


CTG Brasil
Rio Paranapanema Participações S.A.
 CNPJ nº 02.998.301/0001-81

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Nessa sessão do documento, são apresentados os principais eventos do exercício base desta demonstração financeira, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

PRINCIPAIS INDICADORES

	Consolidado		
	2022	2021	Variação %
Indicadores econômicos			
Receita operacional bruta	2.148.362	1.990.069	8,0
Outras receitas	507	448	13,2
(-) Deduções à receita operacional	(269.930)	(229.006)	17,9
Receita operacional líquida	1.878.939	1.761.511	6,7
(-) Custos e outros resultados operacionais	(1.372.086)	(1.580.308)	-13,2
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	506.853	181.203	179,7
<i>Ebitda</i>	785.670	465.289	68,9
<i>Margem Ebitda - %</i>	41,8%	26,4%	15,4 p.p.
Resultado financeiro	(156.731)	(183.467)	-14,6
Resultado antes dos impostos	350.122	(2.264)	15.564,8
Lucro líquido do exercício	234.785	7.251	3.138,0
Margem líquida - %	12,5%	0,4%	12,1 p.p.
Quantidade de ações			
Ações ordinárias	798.355	798.355	-
Lucro líquido básico e diluído por ação (Controladora)	0,28248	0,00951	2.871,6

O resultado consolidado da Rio Paranapanema Participações apresentou uma performance bastante positiva no ano de 2022. Esse resultado pode ser explicado majoritariamente pelos fatores abaixo:

- Crescimento de R\$ 155,3 milhões na receita bruta do ambiente de comercialização livre (ACL), principalmente em virtude da aplicação dos reajustes anuais pelos indicadores de inflação nas datas de atualização dos contratos;
- Crescimento de R\$ 101,5 milhões na receita bruta de comercialização, principalmente em virtude do maior volume de energia comercializado na comparação entre os dois anos;
- Redução de R\$ 105,8 milhões na receita bruta do mercado de curto prazo (MCP), principalmente em razão da queda nos preços de liquidação de energia no curto prazo (PLD) dado a recuperação no cenário hidrológico na comparação entre os dois exercícios.

RECEITA

A Companhia e suas controladas apresentaram crescimento de 6,7%, ou R\$ 117,4 milhões na receita operacional líquida. Esse resultado pode ser explicado majoritariamente pelos fatores abaixo:

- Crescimento de R\$ 155,3 milhões na receita bruta do ambiente de comercialização livre (ACL), principalmente em virtude da aplicação dos reajustes anuais pelos indicadores de inflação nas datas de atualização dos contratos;
- Crescimento de R\$ 101,5 milhões na receita bruta de comercialização, principalmente em virtude do maior volume de energia comercializado na comparação entre os dois anos;
- Redução de R\$ 105,8 milhões na receita bruta do mercado de curto prazo (MCP), principalmente em razão da queda nos preços de liquidação de energia no curto prazo (PLD) dado a recuperação no cenário hidrológico na comparação entre os dois exercícios.

CUSTOS OPERACIONAIS E OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	Consolidado		
	2022	2021	Variação %
Pessoal	(97.611)	(87.425)	11,7
Material	(8.393)	(8.151)	3,0
Serviços de terceiros	(44.910)	(57.289)	-21,6
Energia comprada	(649.413)	(1.054.901)	-38,4
Depreciação e amortização	(278.817)	(284.086)	-1,9
Encargos de uso da rede elétrica	(178.555)	(153.843)	16,1
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(36.507)	(26.189)	39,4
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	(7.585)	(7.363)	3,0
Seguros	(9.678)	(9.354)	3,5
Aluguéis	(549)	(2.464)	-77,7
(Constituições)/reversões de provisões para riscos	(477)	1.854	-125,7
Compartilhamento de despesas	(20.676)	(15.351)	34,7
(Constituição)/reversão parcial estimada pela não recuperabilidade de ativos	(30.518)	33.366	-191,5
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	-	10.430	-100,0
Contratos futuros de energia	(560)	84.314	-100,7
Outros	(7.837)	(3.856)	103,2
	(1.372.086)	(1.580.308)	-13,2

Os custos e os outros resultados operacionais apresentaram redução de R\$ 208,2 milhões, equivalente a -13,2%, na comparação entre os anos de 2022 e 2021. A respeito dessa variação, vale destacar:

- Queda relevante de R\$ 361,9 milhões dos custos com compra de energia nas controladas de Geração, principalmente em virtude da recuperação no cenário hidrológico e consequente melhoria do GSF, além da queda do PLD;
- Elevação de R\$ 41,2 milhões na compra de energia do segmento de comercialização, já considerados os efeitos da metodologia contábil de marcação a mercado (MTM) nos contratos futuros de energia, decorrente principalmente do aumento dos volumes de energia comercializados nessa modalidade entre os dois períodos.
- Impacto pontual negativo de R\$ 10,4 milhões em virtude do lançamento, em 2021, do complemento dos efeitos da recuperação de custos com compra de energia em razão da extensão da concessão (acordo GSF). Por tratar-se de efeito positivo não recorrente do exercício anterior, ocorre essa variação negativa em 2022;
- Variação negativa de R\$ 63,9 milhões, pelo complemento de R\$ 30,5 milhões, na provisão da perda estimada pela não recuperabilidade de ativos na controlada indireta Rio Sapucaí-Mirim, sendo que em 2021 houve reversão parcial de R\$ 33,4 milhões. Essa variação se deve, principalmente, à variação da taxa de retorno e às premissas utilizadas para a projeção dos resultados futuros;
- Elevação de R\$ 24,7 milhões nos custos com encargos de uso da rede elétrica, principalmente em decorrência do reajuste das tarifas dos encargos de Transmissão (TUST);
- Aumento de R\$ 10,3 milhões na CFURH, diante da melhoria no cenário hídrico que acarretou um maior despacho de geração na comparação entre os dois anos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	35.230	17.893	312.514	227.347
Clientes	6	-	-	231.673	227.857
Tributos a recuperar	7	-	1.737	5.283	21.440
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	8	162.178	-	-	-
Partes relacionadas	17	-	-	2.134	-
Serviços em curso	18	-	-	23.418	24.134
Contratos futuros de energia	19	-	-	210.179	121.520
Outros créditos	-	-	-	9.268	7.776
Total do ativo circulante		197.408	19.630	794.469	630.074
Ativo Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras vinculadas	5.3	-	-	1.401	1.039
Clientes	6	-	-	804	2.679
Tributos a recuperar	7	-	-	2.358	2.272
Tributos diferidos	25.2	-	-	154.365	150.416
Depósitos judiciais	9	2.784	2.646	65.630	61.829
Contratos futuros de energia	19	-	-	115.425	74.665
Outros créditos	-	-	-	1.513	1.909
		2.784	2.646	341.496	294.809
Investimentos	10	1.888.315	1.901.914	-	-
Imobilizado	11	-	-	2.318.734	2.521.516
Intangível	12	8.555	9.415	750.787	823.872
Total do ativo não circulante		1.899.654	1.913.975	3.411.017	3.640.197
Total do ativo		2.097.062	1.933.605	4.205.486	4.270.271

EBITDA E MARGEM EBITDA

	Consolidado		
	2022	2021	Variação %
Lucro líquido do exercício	234.785	7.251	3.138,0
Imposto de renda e contribuição social	115.337	(9.515)	1.312,2
Resultado financeiro (líquido)	156.731	183.467	-14,6
Depreciação e amortização	278.817	284.086	-1,9
Ebitda	785.670	465.289	68,9
<i>Margem Ebitda</i>	41,8%	26,4%	15,4 p.p.

O *Ebitda*, é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 156/2022 e é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Administração da Sociedade acredita que o *Ebitda* fornece uma medida útil de seu desempenho, tratando-se de um indicador que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho e comparar empresas, não devendo ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O *Ebitda* apresentou crescimento relevante de R\$ 320,4 milhões ou 68,9% em comparação ao exercício anterior, mesmo levando em conta os impactos pontuais e não recorrentes do ano.

Em bases normalizadas, isto é, excluindo-se os efeitos pontuais e não recorrentes, já mencionados, referentes à variação na provisão da perda estimada pela não recuperabilidade de ativos na controlada indireta Rio Sapucaí-Mirim e, também, o efeito positivo pontual de 2021 referente ao complemento do "acordo GSF", o desempenho operacional do *Ebitda* foi ainda melhor. Nesse cenário normalizado o crescimento expressivo do *Ebitda* é da ordem de R\$ 394,7 milhões ou 93,6%, impulsionado principalmente pela melhora do cenário de hidrologia entre os dois anos e a consequente redução nos custos com compra de energia.

Outro indicador que merece destaque no ano é a margem *Ebitda* normalizada dos fatores mencionados acima, subindo de 23,9% em 2021 para 43,4% no exercício de 2022.

RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		
	2022	2021	Variação %
Receitas	44.196	115.572	-61,8
Despesas	(200.927)	(299.039)	-32,8
Resultado financeiro líquido	(156.731)	(183.467)	-14,6

O resultado financeiro líquido apresentado em 2022 foi negativo em R\$156,7 milhões, representando uma melhora de R\$ 26,7 milhões em relação ao ano de 2021. Acerca dessa variação, vale destacar:

- Redução de R\$ 93,4 milhões nas despesas com variação monetária (IGP-M) referente aos passivos ligados às liminares mantidas principalmente pela controlada Rio Paranapanema Energia, basicamente em virtude da liquidação do passivo relativo à discussão do GSF no 1º Trim/21 e, também, pela redução do IGP-M na comparação entre os dois anos;
- Redução de R\$ 40,3 milhões na variação monetária incidente sobre as debêntures, mantidas pela controlada Rio Paranapanema Energia, em razão da redução do IPCA entre os dois exercícios;
- Aumento de R\$ 28,3 milhões nos juros incidentes sobre as debêntures mantidas pela controlada Rio Paranapanema, principalmente em função da elevação no DI na comparação entre os dois anos.
- Elevação de R\$ 27,1 milhões nas receitas de aplicações financeiras, principalmente em função da elevação no DI, bem como um maior saldo médio de caixa na comparação entre os dois exercícios;
- Impacto negativo pontual de R\$ 99,2 milhões, uma vez que, no ano de 2021, houve o recebimento não recorrente de uma penalidade financeira aplicada à contraparte pelo não cumprimento e renegociação de preços e prazos originalmente contratados.

ENDIVIDAMENTO

	Consolidado		
	2022	2021	Variação %
Debêntures	979.230	1.293.195	-24,3
Curto prazo	271.877	381.240	-28,7
Longo prazo	707.353	911.955	-22,4
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(312.514)	(227.347)	37,5
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(1.401)	(1.039)	34,8
Dívida líquida	665.315	1.064.809	-37,5

A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras vinculadas.

O saldo da dívida líquida sofreu redução de R\$ 399,5 milhões, em comparação com 31 de dezembro de 2021, principalmente em função da quitação da série 2 da 7ª emissão das debêntures e das amortizações realizadas às debêntures da série 1 da 8ª emissão e da série 2 da 4ª emissão, todas essas debêntures mantidas pela controlada Rio Paranapanema Energia. Além disso, vale destacar uma maior posição final do caixa do Grupo na comparação entre os anos.

	Remuneração	Vencimento	Consolidado		Variação %
			2022	2021	
Debêntures 4ª emissão série 2	IPCA + 6,07% ao ano	16/07/2023	146.971	279.689	-47,5
Debêntures 7ª emissão série 2	IPCA + 5,90% ao ano	15/08/2022	-	128.344	-100,0
Debêntures 8ª emissão série 1	106,75% do DI ao ano	15/03/2023	84.876	164.786	-48,5
Debêntures 8ª emissão série 2	IPCA + 5,50% ao ano	15/03/2025	216.975	204.950	5,9
Debêntures 9ª emissão série 1	DI + 1,40% ao ano	26/01/2024	191.056	185.521	3,0
Debêntures 9ª emissão série 2	DI + 1,65% ao ano	26/01/2026	339.352	329.905	2,9
			979.230	1.293.195	-24,3

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Levando-se em consideração todos os impactos e aspectos anteriormente detalhados e explanados, a performance consolidada de resultados da Paranapanema Participações apresentou uma importante recuperação, entregando um ótimo desempenho de resultado no ano de 2022.

O lucro líquido fechou o ano em R\$ 234,8 milhões (margem de lucro líquido de 12,5%), representando um aumento expressivo de R\$ 228,5 milhões na comparação com o desempenho apresentado em 2021.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



Rio Paranapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

★ **continuação** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	22	-	-	1.878.939	1.761.511
Custos operacionais					
Pessoal		-	-	(85.458)	(74.005)
Material		-	-	(7.450)	(7.840)
Serviços de terceiros		-	-	(30.805)	(34.702)
Energia comprada	23.2	-	-	(649.413)	(1.054.901)
Depreciação e amortização	11 e 12	-	-	(272.492)	(279.081)
Encargos de uso da rede elétrica	23.3	-	-	(178.555)	(153.843)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		-	-	(36.507)	(26.189)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		-	-	(7.585)	(7.363)
Seguros		-	-	(9.678)	(9.354)
Aluguéis		-	-	(38)	(109)
(Contituições)/reversões de provisões para riscos		-	-	(941)	1.777
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)		-	-	-	10.430
Outros		-	-	(2.289)	(685)
Resultado bruto		-	-	597.728	125.646
Outros resultados operacionais					
Pessoal		-	-	(12.153)	(13.420)
Material		-	(8)	(943)	(311)
Serviços de terceiros		(1.188)	(1.514)	(14.105)	(22.587)
Depreciação e amortização	11 e 12	(860)	(1.056)	(6.325)	(5.005)
Aluguéis		-	-	(511)	(2.355)
Reversões de provisões para riscos		-	-	464	77
Compartilhamento de despesas (Constituição)/reversão parcial estimada pela não recuperabilidade de ativos	17.3	(7.376)	(6.163)	(20.676)	(15.351)
Contratos futuros de energia	19	-	-	(30.518)	33.366
Outros		(393)	(4)	(5.548)	(3.171)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	10	261.606	15.214	-	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		251.789	6.469	506.853	181.203
Resultado financeiro	24	(6.779)	1.110	44.196	115.572
Despesas		(751)	(2)	(200.927)	(299.039)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(7.530)	1.108	(156.731)	(183.467)
Imposto de renda e contribuição social	25.1	-	-	-	-
Corrente		(18.741)	12	(131.511)	(1.282)
Diferido		-	-	16.174	10.797
Lucro líquido do exercício		(18.741)	12	(115.337)	9.515
Atribuível a		225.518	7.589	234.785	7.251
Acionistas controladores		225.518	7.589	225.518	7.589
Acionistas não controladores		-	-	9.267	(338)
Lucro líquido básico e diluído por ação (Controladora)	26	0,28248	0,00951	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício		225.518	7.589	234.785	7.251
Outros resultados abrangentes do exercício					
Itens que não serão reclassificados para o resultado					
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão		29.895	1.829	31.080	1.903
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão		(10.164)	(622)	(10.567)	(647)
Ganhos atuariais com plano de pensão de benefício definido		4.694	4.791	4.880	4.982
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais		(1.596)	(1.629)	(1.659)	(1.694)
Total do resultado abrangente do exercício		248.347	11.958	258.519	11.795
Atribuível a					
Acionistas controladores		248.347	11.958	248.347	11.958
Acionistas não controladores		-	-	10.172	(163)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas			Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial		Patrimônio líquido da controladora	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido Consolidado
		Capital	Legal	Lucros		Custo atribuído	Outros resultados abrangentes			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	798.355	(16.467)	33.884	815.138	-	316.614	(13.944)	1.933.580	72.682	2.006.262
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	225.518	-	-	225.518	9.267	234.785
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	29.895	1.185	31.080
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	-	-	-	-	-	-	-	(10.164)	(403)	(10.567)
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	-	-	-	-	-	-	-	4.694	186	4.880
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	-	-	-	(1.596)	(63)	(1.659)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atuarial	-	-	-	-	225.518	22.829	248.347	248.347	10.172	258.519
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	87.477	(87.477)	-	-	-	-
Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(29.742)	29.742	-	-	-	-
	-	-	-	-	57.735	(57.735)	-	-	-	-
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	11.276	203.983	(215.259)	-	-	-	-	-
Transferência entre reservas	-	-	-	(97.000)	-	-	-	(97.000)	(4.818)	(101.818)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(67.994)	-	-	(67.994)	(2.925)	(70.919)
Dividendos propostos	-	-	-	182	-	-	-	182	7	189
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.810)	(3.810)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	45	-	-	-	45	2	47
Juros sobre capital próprio prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.544)	(11.544)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	798.355	(16.467)	45.160	922.348	-	258.879	8.885	2.017.160	71.310	2.088.470
Saldo em 31 de dezembro de 2020	798.355	(16.467)	33.504	1.007.506	-	376.117	(18.313)	2.180.702	72.838	2.253.540
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	7.589	-	-	7.589	(338)	7.251
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.829	74	1.903
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	-	-	-	-	-	-	-	(622)	(25)	(647)
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	-	-	-	-	-	-	-	4.791	191	4.982
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido	-	-	-	-	-	-	-	(1.629)	(65)	(1.694)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atuarial	-	-	-	-	7.589	4.369	11.958	11.958	(163)	11.795
Ajuste investimento	-	-	-	5	-	-	-	5	1	6
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	90.157	(90.157)	-	-	-	-
Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(30.654)	30.654	-	-	-	-
	-	-	-	5	59.503	(59.503)	-	5	1	6
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	380	66.712	(67.092)	-	-	-	-	-
Transferência entre reservas	-	-	-	(259.257)	-	-	-	(259.257)	-	(259.257)
Dividendos intermediários	-	-	-	172	-	-	-	172	6	178
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	6	6
Saldo em 31 de dezembro de 2021	798.355	(16.467)	33.884	815.138	-	316.614	(13.944)	1.933.580	72.682	2.006.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>


CTG Brasil
Rio Paranapanema Participações S.A.
 CNPJ nº 02.998.301/0001-81

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS
1.1. Contexto Operacional

A Rio Paranapanema Participações S.A. ("Companhia") foi constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de geração de energia elétrica, além de participar de licitações e/ou leilões de transferência de participação acionária de sociedades do setor de energia elétrica, obtendo as correspondentes concessões, permissões ou autorizações, podendo, para tanto, desenvolver qualquer das seguintes atividades: estudo, planejamento, projeto, construção e operação de sistemas de produção e transformação de energia, especialmente elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada em operação de sua Controlada Rio Paranapanema Energia S.A. ("Rio Paranapanema") é de 2.265,3 MW, composta pelos seguintes parques geradores em operação no Estado de São Paulo: Usina Hidrelétrica (UHE) Capivara, UHE Chavantes, UHE Jurumirim, UHE Salto Grande, UHE Taquaruçu e UHE Rosana e 49,7% do Complexo Canoas, formado pelas UHEs Canoas I e Canoas II.

A capacidade instalada da Controlada indireta Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. ("Sapucaí-Mirim") é de 32,5 MW, composta pelas Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Retiro e PCH Palmeiras, localizadas no Rio Sapucaí, nos Municípios de Guará e São Joaquim da Barra, ambas no Estado de São Paulo.

A Controlada CTG Brasil Trading Ltda. atua, no mercado de comercialização de energia, a fim de auferir resultados por meio da variação de preços de energia, dentro de uma política que considera limites de riscos pré-estabelecidos. Tais operações são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem à definição de instrumentos financeiros por valor justo, devido principalmente ao fato de que não há compromisso de combinar operações de compra e de venda, havendo flexibilidade para gerenciar os contratos para obtenção de resultados por variações de preços no mercado.

As participações diretas e indiretas nas Controladas estão descritas a seguir (as Controladas e a Companhia são denominadas Grupo ou Consolidado):

Empresas controladas	2022		2021	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Rio Paranapanema Energia S.A.	96,19%	—	96,19%	—
CTG Brasil Trading Ltda.	100,00%	—	100,00%	—
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	0,01%	96,19%	0,01%	96,19%

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo apresentou um capital circulante líquido (CCL) negativo no montante de R\$ 413.367 no Consolidado, em virtude basicamente dos seguintes fatos:

- Constituição de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar no passivo circulante;
- Classificação das debêntures 4ª emissão série 2 R\$ 83.350 e 8ª emissão série 1 R\$ 80.000 do passivo não circulante para o passivo circulante;
- O Grupo, dentro do seu saldo de Fornecedores, possui um passivo relativo à liminar que discute a redução da Garantia Física (vide nota explicativa nº 1.4.1) que possui um saldo de R\$ 412.714 em 31 de dezembro de 2022. Essa obrigação possui característica de passivo pelo efeito de um ativo contingente e somente está classificada no curto prazo pela indefinição acerca do prazo para solução do caso. Pela avaliação dos consultores jurídicos, o Grupo conta com uma expectativa favorável acerca dos resultados dessa ação. Se normalizados os efeitos do passivo de liminar mencionado acima, o CCL seria de R\$ 655 no consolidado.

A Administração analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrentes da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais.

1.2. Concessão
1.2.1. Contrato de concessão
1.2.1.1. Controlada direta

Em 22 de setembro de 1999, a controlada Rio Paranapanema Energia e a Aneel assinaram o contrato de Concessão de Geração nº 76/1999, que regula as concessões de Uso de Bem Público (UBP) para geração de energia elétrica das usinas Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu e Rosana, outorgadas pelo Decreto s/nº de 20 de setembro de 1999, sendo que em 5 de agosto de 2011 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo. O contrato concede à Rio Paranapanema Energia o direito de produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente, deixando, a partir daquela data, de recolher a Reserva Global de Reversão (RGR) (exceto recursos retidos originalmente pela CESP e parcialmente transferidos à Rio Paranapanema Energia em decorrência do processo de cisão daquela empresa), para contribuir com uma taxa de UBP, por um período de 5 anos. O prazo de duração da concessão e do contrato é de 30 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

Em 30 de julho de 1998 foi assinado o Contrato de Concessão nº 183/1998 e em 18 de agosto de 2000 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo a este contrato, que regulam as concessões para geração de energia elétrica das usinas Canoas I e Canoas II, tendo como partes a Aneel e as empresas do Consórcio Canoas, formado pela Rio Paranapanema Energia, como produtora independente de energia elétrica, e a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) na condição de autoprodutor; tal contrato prevê que 53,8 MWm sejam disponibilizados à CBA. Eventuais sobras de energia não utilizadas pela CBA devem ser absorvidas, sem ônus, pela Rio Paranapanema Energia. Reciprocamente, em regime normal de operação, quando a geração for inferior ao estabelecido contratualmente, a diferença será complementada, sem ônus, pela Rio Paranapanema Energia. O contrato de concessão tem prazo de vigência de 35 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

Contrato de concessão Aneel	Controladora indireta		Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento concessão
	Usina	Tipo					
Nº 76/1999	Jurumirim	UHE	SP	101,0	44,7	22/09/1999	17/04/2032
Nº 76/1999	Chavantes	UHE	SP/PR	414,0	169,1	22/09/1999	30/03/2032
Nº 76/1999	Salto Grande	UHE	SP/PR	73,8	52,3	22/09/1999	11/05/2032
Nº 76/1999	Capivara	UHE	SP/PR	643,0	329,1	22/09/1999	21/04/2032
Nº 76/1999	Taquaruçu	UHE	SP/PR	525,0	195,6	22/09/1999	19/04/2032
Nº 76/1999	Rosana	UHE	SP/PR	354,0	173,9	22/09/1999	15/04/2032
Nº 183/1998	Canoas I	UHE	SP/PR	82,5	54,2	30/07/1998	29/07/2037
Nº 183/1998	Canoas II	UHE	SP/PR	72,0	45,6	30/07/1998	26/07/2037
				2.265,3	1.064,5		

1.2.2. Resoluções autorizativas
1.2.2.1. Controlada indireta

A Aneel autorizou a exploração do potencial hidrelétrico das PCH's Retiro e Palmeiras respectivamente, através das Resoluções nº 549 de 08 de outubro de 2002 e nº 706 de 17 de dezembro de 2002, em nome da Sociedade de Energia Bandeirantes - SEBAND - Ltda. (Seband).

Em fevereiro de 2007, a Rio Paranapanema Participações S.A. e a Seband assinaram Contrato de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças, objetivando a transferência dos bens e direitos relativos à exploração do aproveitamento hidrelétrico das PCH Retiro e PCH Palmeiras para a Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda., concomitantemente à transferência integral das quotas da Controlada para a Rio Paranapanema Participações S.A.

Através da Resolução nº 944 de 05 de junho de 2007, a Aneel autorizou a transferência das autorizações para implantar e explorar as PCH Retiro e PCH Palmeiras da Seband para a Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.

Em 2015, Rio Paranapanema Participações S.A. transferiu o controle societário da Sapucaí-Mirim para a Rio Paranapanema Energia por meio de constituição de reserva de capital.

De acordo com a REA 13.079/2022, publicada em 01/12/2022, foi ajustado o prazo de outorga, conforme a Lei 14.120/2021, a qual alterou a Lei 9.427/1996.

Resolução Aneel	Controlada indireta		Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento concessão
	Usina	Tipo					
Nº 549/2002	Retiro	PCH	SP	16,0	8,1	10/10/2002	21/11/2034
Nº 706/2002	Palmeiras	PCH	SP	16,5	8,1	18/12/2002	07/02/2042 (*)
				32,5	16,2		

(*) Prazo ajustado de acordo com a REH 13.079/2022.

1.3. Ação ordinária - (GSF)

A severa crise hidrológica, ocorrida entre 2012 e 2018, causou uma redução dos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas (UHEs), elevando o despacho das usinas termoeletricas ao máximo. Este fato, somado a uma mudança estrutural da matriz elétrica, com a entrada massiva de fontes intermitentes, levou ao deslocamento hidráulico e consequente redução do GSF, fazendo com que o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) atingisse seu teto em diversos meses nos anos de 2014, 2015, 2017 e 2018, elevando a exposição das geradoras de energia no MCP, em decorrência do GSF.

Após longo período de discussões, inclusive judiciais, foi editada a Lei nº 14.052/2020, que apresentou as diretrizes sobre a compensação, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão aos titulares de UHEs participantes do MRE, pela parte da exposição não correspondente ao risco hidrológico (proposta de repactuação do risco hidrológico no ambiente de contratação livre (ACL)).

Após muitas análises, e, em atendimento ao cronograma da Lei nº 14.052/2020, o Grupo protocolou na Aneel a documento para a adesão ao acordo do GSF, conforme abaixo:

- 29 de setembro de 2021: UHEs Capivara, Chavantes, Taquaruçu, Salto Grande, Jurumirim, Rosana e às PCHs Palmeiras e Retiro.
- 08 de outubro de 2021: UHEs Canoas I e II (cuja titularidade é compartilhada pela controlada Rio Paranapanema Energia com a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA)).

Em 03 de dezembro de 2021, o Grupo protocolou recurso administrativo perante a Aneel em que se pleiteia a restituição de parte da correção do IGP-M incidente sobre os valores pagos por ocasião da quitação do passivo ligado à discussão do GSF a partir da decisão pela adesão ao "Acordo GSF" nos termos da Lei 14.120/2021. A parcela pleiteada corresponde à metodologia aplicada pela Aneel e CCEE onde foram desconsiderados no cálculo da atualização monetária os meses em que o IGP-M apresentou variação negativa (deflação). Os valores envolvidos são da ordem de R\$ 61 milhões.

Ao longo do ano de 2022, a Diretoria Colegiada da Aneel aprovou a emissão das Resoluções Autorizativas (REAs) que alteraram o término de vigência e aprovaram as minutas dos Termos Aditivos aos contratos de concessões, como segue:

- REA nº 11.345, de 15 de março de 2022 - PCH Palmeiras e UHEs Jurumirim, Salto Grande, Chavantes, Capivara, Taquaruçu e Rosana.
- REA nº 11.715, de 19 de abril de 2022 - PCH Retiro.
- REA nº 12.255, de 05 de julho de 2022 - UHEs e Canoas I e II.

Em seguida, assinaram os aditivos aos contratos de concessões formalizando a extensão dos prazos de vigência de outorga das concessões:

Em julho de 2022, Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 76/1999 - UHEs Jurumirim, Salto Grande, Chavantes, Capivara, Taquaruçu e Rosana;

Em outubro de 2022, Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 183/1998 - UHEs Canoas I e II (em sociedade com a CBA). Devido ao disposto na Lei nº 14.120/2021 quanto à possibilidade de deslocamento do prazo de outorga de autorizações que entraram em operação até 1 de setembro de 2020 e que não foram objeto de penalidade por descumprimento do cronograma de implantação, o Grupo pleiteou o reconhecimento deste direito para a PCH Palmeiras. Após análise do pleito pela Aneel, com reconhecimento do cumprimento dos requisitos da lei, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 13.079/2022 de 16 de novembro de 2022 determinando o ajuste do prazo da outorga da PCH, que passou a ter vigência até 07 de fevereiro de 2042.

Considerando que o prazo de extensão de outorga relativo à adesão ao acordo do GSF da PCH Palmeiras divulgado na REA 11.345/2022 não foi realizado considerando o prazo real de outorga remanescente, a CCEE deverá realizar novo cálculo de extensão da outorga relativo à adesão da PCH Palmeiras ao acordo do GSF, considerando o prazo de outorga divulgado na REA 13.079/2022.

1.4. Revisão das garantias físicas das usinas hidrelétricas
1.4.1. Revisão da garantia física de 2017

Em 2017 houve revisão ordinária de garantia física, com a publicação da Portaria nº 178 que definiu os novos valores de garantia física de energia das UHEs despachadas centralizadamente, válidos a partir de 1º de janeiro de 2018. Assim, a partir desta data, houve uma redução de aproximadamente 5% da garantia física da Controlada Rio Paranapanema em relação à garantia física vigente em dezembro de 2017.

Em 2 de fevereiro de 2018, Controlada Rio Paranapanema ajuizou duas ações perante a Justiça Federal do Distrito Federal em face da União Federal, com pedido de liminar para suspender a aplicação desta portaria e questionar os parâmetros de garantia física. Em ambas as ações, as liminares não foram concedidas em primeira instância.

Entre os anos de 2018 e 2020, Controlada Rio Paranapanema obteve liminares para afastar a aplicabilidade da Portaria em relação às UHEs, no entanto as sentenças proferidas em 2019 foram desfavoráveis, das quais houve apelação.

Em 16 de dezembro de 2020, foi proferida decisão judicial em sede de apelação que confirmou e estabilizou o efeito do liminar da Controlada Rio Paranapanema no sentido de não se aplicar os efeitos da Portaria nº 178/2017.

Em 16 de agosto de 2022, houve o julgamento da apelação interposta pela Controlada Rio Paranapanema, referente a ação que tratava a legitimidade da revisão de garantia física ocorrida em 2017, a votação foi favorável à Controlada Rio Paranapanema em 4 votos a 1, na 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF1), que deu provimento ao recurso da Controlada Rio Paranapanema, visto que o entendimento do colegiado é de que as UHE's já tiveram suas garantias físicas revistas em 2013 e 2015, e por isso não caberia nova revisão. Contra essa decisão cabe recurso direcionado aos Tribunais Superiores.

Para mais informações, conforme nota explicativa nº 13.

1.4.2. Revisão da garantia física de 2022

O Decreto nº 2.655/98 estabelece revisões ordinárias de garantia física das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente a cada cinco anos, ou revisões extraordinárias em caso de fatos relevantes, sendo que a última revisão ordinária de todo Sistema ocorreu em 2017, com vigência da garantia física publicada para o período entre 2018 e 2022. Em 2022 o Ministério de Minas e Energia (MME) conduziu a revisão ordinária das garantias físicas das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente, com vigência a partir de 2023. Durante o processo, o MME abriu duas Consultas Públicas sobre o tema, para discutir, entre outros, parâmetros de entrada para o cálculo, como índices de disponibilidade das usinas.

O período crítico atualmente considerado para o cálculo da garantia física é de junho de 1949 a novembro de 1956, conforme estabelecido na Portaria nº 74/2020-MME. No entanto, quando se consideram os dados hidrológicos de 2020 (em novembro de 2021 foram aprovados os dados hidrológicos do ano de 2020) a constatação técnica inequívoca é que últimos anos constituem um novo período crítico. De fato, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) afirmou em seu Plano de Operação Energética 2021-2025 que o período de junho de 2012 a dezembro de 2020 é o novo período crítico para o SIN.

Apesar das inúmeras manifestações do Grupo na esfera administrativa, alertando para o fato de que o sistema possui um novo período crítico, o MME deu andamento na revisão da Garantia Física sem considerar essa informação mais atualizada e mais realística.

A Portaria nº 709, com a nova Garantia Física, rateada de acordo com o período crítico antigo, foi publicada em 30 de novembro de 2022, que passa a ser vigente a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme tabela abaixo:

Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Garantia física
					(MW médio) a partir de 2023
Nº 76/1999	Jurumirim	UHE	SP	Paranapanema	42,5
Nº 76/1999	Chavantes	UHE	SP/PR	Paranapanema	168,9
Nº 76/1999	Salto Grande	UHE	SP/PR	Paranapanema	49,7
Nº 76/1999	Capivara	UHE	SP/PR	Paranapanema	328,6
Nº 76/1999	Taquaruçu	UHE	SP/PR	Paranapanema	195,4
Nº 76/1999	Rosana	UHE	SP/PR	Paranapanema	173,6
Nº 183/1998	Canoas I	UHE	SP/PR	Paranapanema	51,5
Nº 183/1998	Canoas II	UHE	SP/PR	Paranapanema	43,4
					1.053,6

Por essa razão, em 29 de dezembro de 2022 o Grupo ingressou em um pedido de tutela antecipada para a controlada Rio Paranapanema, para que seja reconhecida a inaplicabilidade do período crítico de 1949 a 1954 e, alternativamente, que se suspendam, até o julgamento do mérito, os efeitos da revisão ordinária conforme Portaria 709/2022. Ainda não foi preferida decisão ao pedido de tutela.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 28 de fevereiro de 2023.

2.2. Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards* - (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas obrigações com entidade de previdência privada, intangível recuperação de custos pela extensão do GSF e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, bem como pela avaliação de ativos imobilizados ao seu custo atribuído (*deemed cost*), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e pelos ativos adquiridos na combinação de negócios, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OPCO 07 na elaboração das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pelo Grupo, que melhor representa suas operações e respectivo fluxo de caixa.

2.4. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade do Grupo em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro, nos termos descritos na nota explicativa nº 1.1. Assim, conforme CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Revisão de garantia física (nota explicativa nº 1.4.1);
- Vida útil de ativos de longa duração e *impairment* (nota explicativa nº 11.5);
- Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição Aplicáveis às Unidades Geradoras Conectadas aos Sistemas de Distribuição (nota explicativa nº 13.2);
- Provisões para riscos (nota explicativa nº 18); e
- Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 25.2).

2.6. Base de Consolidação

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos nas empresas controladas possuem seu valor contábil aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação maior que a metade dos direitos a voto (capital votante). Nas demonstrações financeiras consolidadas, as Controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Os principais procedimentos para a consolidação foram a eliminação de investimentos da Controladora nas suas Controladas; eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre essas controladas e destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado e nas demonstrações dos resultados abrangentes.

Também, as transações entre as entidades controladas e os ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das Controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

A posição dos investimentos em Controladas em 31 de dezembro de 2022 está descrita na nota explicativa nº 10.

2.7. Reapresentação de cifras comparativas

A Companhia está reapresentando a Demonstração do Resultado (DRE), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, para atender o princípio da comparabilidade dos saldos anteriormente divulgados e uma melhor apresentação das informações. As Cifras de Contratos futuros referente aos ganhos e perdas não realizados, que antes eram apresentadas separadamente na Receita Líquida e nos Custos Operacionais, agora são apresentadas de forma líquida nos Outros Resultados Operacionais.

Os efeitos da reapresentação estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Receita operacional líquida	1.923.609	(162.098)	1.761.511
Custos operacionais			
Contratos futuros de energia	(77.784)	77.784	—
Outros resultados operacionais			
Contratos futuros de energia	—	84.314	84.314

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de P&D, em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da Aneel (nota explicativa nº 14.1.2).





Rio Paranapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado			
	2022	2021	2022		2021	
	Circulante	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ativo						
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	-	1.737	256	819	10.995	819
PIS e COFINS - Retenção Faturamento	-	-	5.021	-	10.445	-
INSS	-	-	6	1.539	-	1.453
	-	1.737	5.283	2.358	21.440	2.272
Passivo						
IRPJ e CSLL a pagar anual	2.237	-	35.880	-	372	-
PIS e COFINS a pagar mensal	8.914	9	18.788	-	4.893	-
ICMS	-	-	13.792	-	3.910	-
Outros	-	2	651	-	591	-
	11.151	11	69.111	-	9.766	-

8. DIVIDENDOS A RECEBER E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A RECEBER

8.1. Dividendos a receber

	Controladora			
	Saldo em 2021	Dividendos a receber	Dividendos recebidos	Saldo em 2022
Rio Paranapanema Energia S.A.	-	195.504	(121.654)	73.850
CTG Trading Brasil Ltda.	-	6.566	-	6.566
	-	202.070	(121.654)	80.416

8.2. Juros sobre capital próprio a receber

	Controladora			
	Saldo em 2021	JSCP a receber	JSCP recebido	Saldo em 2022
Rio Paranapanema Energia S.A.	-	81.762	-	81.762
	-	81.762	-	81.762

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Fiscais
	Saldo em 2021	Saldo em 2022	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	2.646
Variações monetárias	-	-	138
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	2.784

	Consolidado					
	Fiscais	Ambientais	Trabalhistas	Cíveis	Regulatórios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18.640	4.792	142	-	38.255	61.829
Variações monetárias	1.011	351	8	1	2.537	3.908
Adições	-	-	12	213	-	225
(-) Baixas	-	(48)	(70)	(214)	-	(332)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	19.651	5.095	92	-	40.792	65.630

Estão classificados nesta rubrica somente os depósitos judiciais recursais não relacionados com as provisões para causas judiciais com classificação de risco de perda prováveis (vide nota explicativa nº 18) e todos são atualizados monetariamente.

i. Fiscais:

a. **Débitos em disputa referente à IRRF, IRPJ e CSLL** - Depósitos judiciais referentes ao Mandado de Segurança ajuizado com o objetivo de obter liminar para que seja reconhecida a quitação de valores de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), IRPJ e CSLL sem a exigência de multa moratória, face à denúncia espontânea realizada. O valor do depósito em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 10.594.

b. **Ação Anulatória** - O depósito judicial foi realizado visando suspender a exigibilidade do débito PIS, COFINS e CSLL referente aos anos calendário de 2004 a 2007. O entendimento é de esses débitos devem ser cancelados, uma vez que a aquisição de energia de Itaipu seria isenta de PIS/COFINS. O valor depositado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 4.424.

ii. **Regulatórios - TUSD-g** - Depósitos judiciais em conexão com a obtenção de decisão judicial suspendendo a exigibilidade da multa imposta pela Aneel pelo suposto descumprimento das obrigações de assinar os Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) e de pagar o passivo acumulado entre julho de 2004 a junho de 2009. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 14 para uma descrição do andamento das discussões referentes à TUSD-g.

10. INVESTIMENTOS

10.1. Movimentação dos investimentos

Os investimentos da Companhia são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, levando em conta as premissas definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de seus investimentos é reconhecida na demonstração do resultado.

	Participação acionária	2021	Dividendos	Plano de pensão		Dividendos e JSCP prescritos		Equivalência patrimonial	2022
				JSCP	investimento	JSCP	prescritos		
Controladas									
CTG Trading Brasil Ltda.	100,00%	66.933	(6.566)	-	-	-	-	27.648	88.015
Rio Paranapanema Energia S.A.	96,19%	1.834.978	(195.504)	(96.191)	22.829	227	233.958	1.800.297	
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	0,01%	3	-	-	-	-	-	3	
		1.901.914	(202.070)	(96.191)	22.829	227	261.606	1.888.315	

	Participação acionária	2020	Ajuste investimento	Plano de pensão	Equivalência patrimonial	2021
CTG Trading Brasil Ltda.	100,00%	43.256	-	-	23.677	66.933
Rio Paranapanema Energia S.A.	96,19%	1.838.904	172	4.368	(8.466)	1.834.978
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	0,01%	-	-	-	3	3
		1.882.160	172	4.368	15.214	1.901.914

10.2. Informações financeiras das Controladas

	% de participação da Companhia		Ativos totais		Passivos (Circulante e Não Circulante)	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Controladas						
Rio Paranapanema Energia S.A.	96,19%	96,19%	3.714.684	3.954.920	1.843.072	2.047.256
CTG Brasil Trading Ltda.	100,00%	100,00%	444.368	273.621	356.356	206.691
Controlada indireta						
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	0,01%	0,01%	231.063	261.008	2.284	10.037

	Patrimônio líquido		Receitas		Resultado líquido do exercício	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Controladas						
Rio Paranapanema Energia S.A.	1.871.612	1.907.664	1.339.545	1.316.729	243.225	(8.800)
CTG Brasil Trading Ltda.	88.012	66.930	509.497	414.701	27.648	23.675
Controlada indireta						
Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda.	228.779	250.971	29.898	30.082	(22.192)	30.784

11. IMOBILIZADO

Os itens que compõem o ativo imobilizado do Grupo são apresentados pelo custo histórico ou atribuído, deduzidos das respectivas depreciações. Com exceção dos terrenos, todos os bens, ou conjuntos de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis tiveram o valor justo como custo atribuído na data de transição em 1º de janeiro de 2009. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

Os terrenos foram mantidos a custo histórico devido ao Grupo entender que são os valores aceitos pelo órgão regulador para fins de indenização ao final da concessão/autorização.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente em anos, como segue:

	Vida útil-econômica remanescente	
	Rio Paranapanema	Rio Sapucaí Mirim
Em serviço		
Reservatório, barragens e adutora	9	39
Edificações, obras civis e benfeitorias	13	36
Máquinas e equipamentos	13	23
Veículos	4	4
Móveis e utensílios	8	15
Outros	3	-

A Administração do Grupo entende, suportada por seus assessores legais, que não houve, até o momento, alteração nas condições de indenização dos ativos a serem revertidos ao final da concessão/autorização por parte das controladas Rio Paranapanema e Sapucaí Mirim e que possui o direito à indenização do valor residual de todos os bens vinculados e reversíveis, inclusive dos terrenos, considerando os fatos e circunstâncias disponíveis atualmente. Caso haja legislação nova que venha a alterar as condições atuais, O Grupo avaliará os efeitos correspondentes, em suas demonstrações financeiras.

Os valores de depreciação e valores residuais dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em "Outros resultados operacionais".

11.1. Composição

	Consolidado			
	2022	2021	2022	2021
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido Taxa média anual de depreciação
Em serviço				
Terrenos	224.953	-	224.953	224.953 0,0%
Reservatório, barragens e adutora	3.476.503	(2.071.454)	1.405.049	1.549.940 4,2%
Edificações, obras civis e benfeitorias	429.431	(289.310)	140.121	149.556 2,2%
Máquinas e equipamentos	1.164.150	(541.441)	622.709	653.789 3,8%
Veículos	11.282	(7.726)	3.556	3.416 7,9%
Móveis e utensílios	1.419	(1.073)	346	356 2,7%
Outros	4.700	(2.126)	2.574	3.170 16,1%
	5.312.438	(2.913.130)	2.399.308	2.585.180

	Consolidado			
	2022	2021	2022	2021
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido Taxa média anual de depreciação
Em curso				
Terrenos	20.423	-	20.423	17.759
Reservatório, barragens e adutora	4.376	-	4.376	3.540
Edificações, obras civis e benfeitorias	766	-	766	737
Máquinas e equipamentos	49.890	-	49.890	39.062
Veículos	64	-	64	978
	75.519	-	75.519	62.076

	Consolidado			
	2022	2021	2022	2021
Perda estimada pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(156.093)	-	(156.093)	(125.740)
	(156.093)	-	(156.093)	(125.740)

	Consolidado			
	2022	2021	2022	2021
Total do ativo imobilizado	5.231.864	(2.913.130)	2.318.734	2.521.516
(-) Obrigações especiais	(4.568)	1.138	(3.430)	(600)
	5.227.296	(2.911.992)	2.315.304	2.520.916

11.2. Movimentação

	Consolidado						
	Valor líquido em 2021	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Contingências	Valor líquido em 2022
Em serviço							
Terrenos	224.953	-	-	-	-	-	224.953
Reservatório, barragens e adutora	1.549.940	-	-	-	(144.891)	-	1.405.049
Edificações, obras civis e benfeitorias	149.556	-	-	-	(9.435)	-	140.121
Máquinas e equipamentos	653.789	42 (3.124)	-	16.008	(44.006)	-	622.709
Veículos	3.416	-	-	1.031	(891)	-	3.556
Móveis e utensílios	356	-	-	28	(38)	-	346
Outros	3.170	162	-	-	(758)	-	2.574
	2.585.180	204 (3.124)	-	17.067	(200.019)	-	2.399.308

	Consolidado						
	Valor líquido em 2021	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Contingências	Valor líquido em 2022
Em curso							
Terrenos	17.759	839	-	-	-	-	1.825 20.423
Reservatório, barragens e adutora	3.540	836	-	-	-	-	4.376
Edificações, obras civis e benfeitorias	737	29	-	-	-	-	766
Máquinas e equipamentos	39.062	26.883	-	(16.055)	-	-	49.890
Veículos	978	65	-	(979)	-	-	64
Móveis e utensílios	-	104	-	(104)	-	-	-
	62.076	28.756	-	(17.138)	-	1.825	75.519

	Consolidado						
	Valor líquido em 2021	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Contingências	Valor líquido em 2022
Perda estimada pela não recuperabilidade de ativos (CPC 01)	(125.740)	(30.518)	165	-	-	-	(156.093)
	(125.740)	(30.518)	165	-	-	-	(156.093)

	Consolidado						
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	
Total do ativo imobilizado	2.521.516	(1.558)	(2.959)	(71)	(200.019)	1.825	2.318.734
(-) Obrigações especiais	(600)	(3.099)	-	-	269	-	(3.430)
	2.520.916	(4.657)	(2.959)	(71)	(199.750)	1.825	2.315.304

	Consolidado						
	Valor líquido em 2020	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Contingências	Valor líquido em 2021
Em serviço							
Terrenos	224.953	-	-	-	-	-	224.953
Reservatório, barragens e adutora	1.694.932	-	-	-	(144.992)	-	1.549.940
Edificações, obras civis e benfeitorias	164.672	-	-	(164)	(14.952)	-	149.556
Máquinas e equipamentos	679.539	(1.561)	-	20.138	(44.327)	-	653.789
Veículos	3.971	(239)	-	809	(1.125)	-	3.416
Móveis e utensílios	395	-	-	5	(44)	-	356
Outros	2.913	982	-	-	(725)	-	3.170
	2.771.375	982 (1.800)	-	20.788	(206.165)	-	2.585.180

</



Rio Paranapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.2. Vencimento

Vencimento a longo prazo
Debêntures 8ª emissão série 2
Debêntures 9ª emissão série 1
Debêntures 9ª emissão série 2

	Consolidado			
	2022	2021	2020	Total
Debêntures 8ª emissão série 2	103.966	104.100	-	208.066
Debêntures 9ª emissão série 1	179.974	-	-	179.974
Debêntures 9ª emissão série 2	-	159.657	159.656	319.313
	283.940	263.757	159.656	707.353

15.3. Movimentação

	4ª Emissão		7ª Emissão		8ª Emissão		9ª emissão		Total
	Série 2	Série 1	Série 2	Série 1	Série 1	Série 2	Série 1	Série 2	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	279.689	128.344	164.786	204.950	185.521	329.905	1.293.195		
Amortização de custos de transação	78	250	249	178	312	329	1.396		
Apropriação de juros	13.988	4.749	12.080	11.496	24.238	43.752	110.303		
Apropriação de variação monetária	15.557	6.311	-	11.393	-	-	33.261		
Pagamento de debêntures	(83.325)	(100.000)	(80.000)	-	-	-	(263.325)		
Pagamento de juros	(17.576)	(7.498)	(12.239)	(11.042)	(19.015)	(34.634)	(102.004)		
Pagamento de variação monetária	(61.440)	(32.156)	-	-	-	-	(93.596)		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	146.971	-	84.876	216.975	191.056	339.352	979.230		

15.4. Covenants Financeiros

As cláusulas restritivas previstas no Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Quarta, Quinta, Sétima, Oitava e Nona emissões da Rio Paranapanema são:

- Índice entre divisão do *Ebitda* pelo Resultado Financeiro que deverá ser igual ou superior a 2,0;
- Índice entre divisão da Dívida Líquida pelo *Ebitda* que deverá ser igual ou inferior a 3,20; e
- Redução de capital da Controlada poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,7, do índice financeiro quociente da divisão da dívida total pelo somatório da dívida total e capital social da Controlada, na 7ª, 8ª e 9ª poderá ser realizada em observância ao seguinte índice financeiro: quociente da divisão da dívida total da Controlada pelo somatório da dívida total e Capital Social da Controlada, tendo por base as então mais recentes Demonstrações Financeiras da Controlada igual ou menor a 0,90 (noventa centésimos) vezes.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Controlada atendeu os referidos índices financeiros e, cumprindo assim, os referidos *covenants*, conforme abaixo:

Índice financeiro	Limites	2022	2021
Ebitda/Resultado financeiro	Igual ou superior a 2,0	4,91	2,07
Dívida líquida/Ebitda	Igual ou inferior a 3,2	1,00	2,26
Dívida total/(Dívida total + Capital social)	Igual ou inferior a 0,7	0,54	0,61

15.5. Covenants não financeiros

- Inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Emissora, no mercado local ou internacional em valor superior a R\$ 30 milhões para as 4ª e 5ª debêntures e R\$ 32 milhões para a 7ª e 8ª debêntures e R\$ 70 milhões;
- 4ª/5ª/9ª debêntures - Transferência de controle acionário direto ou indireto da Controlada, desde que, após tal transferência as classificações de risco pela Moody's ou Standard & Poor's ou na falta destas, a Fitch, rebaixar, por motivos diretamente ligados à transferência do controle acionário, a classificação de risco da Controlada em dois níveis em relação a classificação de risco vigente na data da emissão;
- 7ª/8ª/9ª debêntures - Transferência de controle acionário direto da Controlada, desde que, após tal transferência, a Moody's ou a Standard & Poor's, ou na falta destas, a Fitch, rebaixar, por motivos diretamente ligados à transferência do controle acionário direto da Controlada, a classificação de risco da Controlada em dois níveis em relação à classificação de risco da Controlada vigente na data de emissão;
- Cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Controlada, exceto se cumpridas exigências dos itens a, b e c desta mesma cláusula das escrituras de emissão de debêntures, para a 7ª, 8ª e 9ª emissão somente os itens a e b; e
- Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativo ao serviço público de energia elétrica.

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas nas escrituras de emissão das debêntures, disponível no site <https://www.ctgbr.com.br/rio-paranapanema/informacoes-aos-investidores>.

16. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

16.1. Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos é feita para os acionistas do Grupo e reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras ao final do exercício.

	Controladora			
	Saldo em 2021	Intermediários/propostos	Dividendos pagos	Dividendos em 2022
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	-	110.002	(64.670)	45.332
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	-	54.992	(32.330)	22.662
	-	164.994	(97.000)	67.994

	Consolidado				
	Saldo em 2021	Intermediários/propostos	Dividendos pagos	Prescrições (*)	Saldo em 2022
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	-	110.002	(64.670)	-	45.332
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	-	54.992	(32.330)	-	22.662
Acionistas minoritários	1.287	7.743	(4.715)	(189)	4.126
	1.287	172.737	(101.715)	(189)	72.120

(*) Os dividendos não reclamados no prazo de três anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, prescreverão conforme artigo 287 da Lei 6.404/76.

16.2. Juros sobre capital próprio a pagar

A distribuição dos juros sobre capital próprio é feita para os acionistas do Grupo e reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras ao final do exercício.

	Consolidado				
	Saldo em 2021	JSCP a pagar	JSCP pagos	Prescrições (*)	Saldo em 2022
Acionistas minoritários	228	3.239	(1)	(47)	3.419
	228	3.239	(1)	(47)	3.419

(*) Os Juros sobre capital próprio não reclamados no prazo de três anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, prescreverão conforme artigo 287 da Lei 6.404/76.

17. PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia S.A. (constituída no Brasil), que detém 66,67% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa. Para todas as transações as premissas contratuais são as mesmas praticadas em mercado.

17.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 29 de abril de 2022, em Assembleia Geral Ordinária (AGO), foi aprovado o valor da remuneração anual da Administração da Companhia no montante global de até R\$ 6.400 para 2022, sendo distribuído da seguinte forma: (a) R\$ 950 para o Conselho de Administração; (b) R\$ 4.150 para a Diretoria e (c) R\$ 1.300 para o Conselho Fiscal. Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas-chave da Administração:

	Consolidado	
	2022	2021
Benefícios de curto prazo para administradores	4.965	4.365
Benefícios pós-emprego	202	198
Conselho fiscal	1.181	1.134
	6.348	5.697

17.2. Composição

Com o intuito de criar sinergia entre os recursos, atendendo de maneira mais eficiente e econômica aos interesses das partes e seguindo as determinações da Resolução Normativa Anel nº 699, de 26 de janeiro de 2016, foram firmados os seguintes contratos:

- Compartilhamento de despesas, junto à China Three Gorges Brasil Energia S.A. e suas subsidiárias Rio Paraná Energia S.A., Rio Canoas Energia S.A. e Rio Verde Energia S.A., contrato este que foi previamente aprovado pelo Despacho Anel nº 2.018/17;
- Em 01 de junho de 2022, foi firmado contrato de compartilhamento de recursos técnicos, entre as controladas do Grupo e as empresas Rio Canoas Energia S.A., Rio Paraná Energia S.A., Rio Verde Energia S.A. e Rio Sapucaí Mirim Energia Ltda, as partes estão dentro do mesmo grupo econômico (China Three Gorges Brasil Energia S.A.); e
- A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas com a sua Controlada Rio Paranapanema Energia S.A.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
	Passivo	Ativo	Passivo	Passivo
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	-	-	2.578	2.022
Rio Canoas Energia S.A.	-	78	18	-
Rio Verde Energia S.A.	-	44	4	-
Rio Parana Energia S.A.	-	997	61.274	-
CTG Trading Brasil Ltda.	-	-	-	60.537
Rio Paranapanema Energia S.A.	748	-	-	-
São Manoel Energia S.A.	-	1.015	-	-
	748	2.134	63.874	62.559

17.3. Resultado

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
	Comp. de infraestrutura	Comp. de infraestrutura	Comp. de infraestrutura	Comp. de infraestrutura
			Prestação de serviços	Prestação de serviços
				Total
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	-	-	(423)	(423)
Rio Paranapanema Energia S.A.	(7.376)	(6.163)	-	(6.163)
	(7.376)	(6.163)	(423)	(6.586)

	2022				2021			
	Venda de energia	Compra de energia	Compartilhamento de infraestrutura	Total	Venda de energia	Compra de energia	Compartilhamento de infraestrutura	Total
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	-	-	(22.415)	(22.415)	-	-	(15.351)	(15.351)
Rio Canoas Energia S.A.	-	-	272	272	-	-	-	-
Rio Verde Energia S.A.	-	-	164	164	-	-	-	-
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	(6.391)
Rio Paraná Energia S.A.	-	(11.790)	1.303	(10.487)	60.018	(60.537)	-	(519)
São Manoel Energia S.A.	6.022	-	-	6.022	-	-	-	-
	6.022	(11.790)	(20.676)	(26.444)	60.018	(60.537)	(15.351)	(6.391)

O Grupo manteve contrato de prestação de serviços administrativos junto à CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda., e anuído pela Anel conforme Despacho nº 2.756, de 28 de novembro de 2018, que segue às determinações da Resolução Normativa Anel nº 699, de 26 de janeiro de 2016 no intuito de criar sinergia entre os recursos, atendendo de maneira mais eficiente e econômica aos interesses das partes. A partir de 01 de novembro de 2021 os serviços prestados pela CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda. passaram a integrar o contrato de compartilhamento de despesas, junto à CTG BR, conforme Despacho Anel nº 3620/2021. Com esse aditivo, a partir de dezembro de 2021, a CTG BR assumiu as atividades antes prestadas pela CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.

18. PROVISÕES PARA RISCOS

- haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados;
- é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e
- o valor puder ser estimado com segurança.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, o Grupo considera sua divulgação justificada.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Administração do Grupo, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas, fiscais, ambientais, regulatórias e cíveis, quando é exigido depósito judicial para alguma ação, essa provisão é apresentada líquida de seu respectivo depósito.

Demais depósitos não relacionados às provisões constituída, são demonstrados em nota específica (vide nota explicativa nº 9).

18.1. Provisões para riscos

18.1.1. Composição

	Consolidado			
	2022	2021	2022	2021
	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões líquidas	Provisões líquidas
Trabalhistas	9.130	(1.872)	7.258	6.584
Fiscais	20.213	(32)	20.181	20.233
Cíveis	2.316	(275)	2.041	9.496
Desapropriações de terras	-	-	-	6.997
Indenizações de benfeitorias	2.316	(275)	2.041	2.499
Ambientais	12.626	(2.413)	10.213	8.449
	44.285	(4.592)	39.693	44.762

18.1.2. Movimentação

	Consolidado					
	Trabalhistas	Fiscais	Desapropriações de terras	Indenizações de benfeitorias	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.584	20.233	6.997	2.499	8.449	44.762
Provisões para riscos						
Provisões/(reversões)	(244)	(680)	-	(90)	1.491	477
Provisões (*)	-	-	1.825	-	-	1.825
Variações monetárias	1.061	619	-	194	463	2.337
Variações monetárias (*)	-	-	839	-	-	839
Acordos/pagamentos	(37)	(163)	(9.661)	(544)	-	(10.405)
	780	(224)	(6.997)	(440)	1.954	(4.927)

	Consolidado					
	Trabalhistas	Fiscais	Desapropriações de terras	Indenizações de benfeitorias	Ambientais	Total
Depósitos judiciais						
Variações monetárias (Adições)	(117)	(158)	-	(22)	(141)	(438)
(Adições) (*)	-	-	(2.772)	(258)	(49)	(307)
Baixas	11	330	-	262	-	603
Baixas (*)	-	-	2.772	-	-	2.772
	(106)	172	-	(18)	(190)	(142)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.258	20.181	-	2.041	10.213	39.693

	Consolidado					
	Trabalhistas	Fiscais	Desapropriações de terras	Indenizações de benfeitorias	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.615	18.790	6.389	1.726	9.657	43.177
Provisões para riscos						
Provisões/(reversões)	(1.125)	347	-	534	-	(244)
Variações monetárias	1.286	335	-	254	843	2.718
Variações monetárias (*)	-	-	608	-	-	608
Acordos/pagamentos	(5)	-	-	-	-	(5)
	156	682	608	788	843	3.077

Depósitos judiciais
Variações monetárias
Reclassificações (i)

Saldo em 31 de dezembro de 2021

(i) Reclassificações realizadas entre depósitos judiciais com provisões atreladas.

(*) Efeitos contabilizados em contrapartida do imobilizado em razão das ações serem referentes a desapropriação de terrenos.

18.1.2.1. Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022, as principais provisões relativas aos riscos trabalhistas com expectativas de perda provável são referentes as ações movidas por ex-empregados, Sindicatos e terceirizados, envolvendo pagamento de verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação salarial, entre outros pedidos.

As constituições referem-se a novas ações e reavaliações por parte dos assessores jurídicos da Companhia decorrentes de decisões desfavoráveis no exercício. As baixas do exercício referem-se a encerramentos de ações no curso normal dos processos e/ou mediante celebração de acordos judiciais, o que acarretou a redução das provisões.

18.1.2.2. Fiscais

Em 31 de dezembro de 2022, as principais provisões relativas aos riscos fiscais com expectativas de perda provável são referentes a Controlada Rio Paranapanema Energia S.A. sendo que os principais riscos são:

- Processo Administrativo nº 19515.003540/2005-96 decorrente de um Auto de infração referente à destinação para incentivo fiscal do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) dos recolhimentos do imposto sobre lucro inflacionário, efetuados nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2000. Decisão de primeira instância e segunda instâncias parcialmente favoráveis à Controlada, sendo anuladas as autuações referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2000. O processo retornou para a primeira instância para novo julgamento em relação ao período de março 2000. O valor atualizado para 31 de dezembro de 2022 R\$ 3.160 (R\$ 3.073 em 31 de dezembro de 2021);
- Processo administrativo nº 10880.723970/2011-33, que trata de pedidos eletrônicos de restituição ou ressarcimento de créditos de COFINS do ano de 2004. Foi apresentado recurso administrativo em razão de parte dos valores não terem sido homologados pela Receita Federal, valores estes que totalizam em 31 de dezembro de 2022 R\$ 14.167 (R\$ 13.657 em 31 de dezembro de 2021); e
- Ação An



Rio Paranapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.2.2. Fiscais

Em 31 de dezembro de 2022, as principais contingências fiscais na Controlada Rio Paranapanema Energia S.A. e na Controladora com expectativa de perda possível são:

i. Mandado de Segurança nº 0025355-84.2004.4.03.6100, que visa a concessão de liminar para ser reconhecido o direito da Controlada de não se sujeitar à multa de mora na quitação de seus débitos de PIS, IRPJ, CSLL e IOF mediante pagamentos e compensações. Débitos com exigibilidade suspensa por depósitos judiciais e perda possível avaliada em R\$ 10.594 (R\$ 10.032 em 31 de dezembro de 2021).

ii. Processos administrativos originados de pedidos de restituição e compensação de saldo negativo de tributos (IRPJ, IRRF e CSLL), bem como de tributos pagos a maior. Em todos os casos a Controlada apresentou manifestações de inconformidade e/ou recurso voluntário as quais aguardam julgamento. Valor classificado como possível de R\$ 69.230 (R\$ 56.300 em 31 de dezembro de 2021). Aumento decorre de novos processos administrativos, bem como da atualização monetária;

iii. Autos de Infração que discutem para cobrança de CSLL, IRPJ e Lucro Inflacionários referentes aos anos calendário de 2005 a 2010 respectivamente. Em todos os casos foram apresentados Recursos Voluntários que está pendente de julgamento pelo Conselho de Contribuintes. Os valores atualizados para 31 de dezembro de 2022, totalizam R\$ 40.775 (R\$ 64.062 em 31 de dezembro de 2021).

iv. Ação anulatória que discute o saldo negativo de CSLL do ano calendário que foi adquirido pela Controlada na cisão parcial da CESP. Decisão de primeira instância desfavorável. O valor classificado como possível é de R\$ 28.486 em 31 de dezembro de 2022.

v. Auto de Infração aplicado pela Receita Federal em face da Rio Paranapanema Participações com a imposição de multa pela apresentação da ECF referente ao ano calendário de 2017. O valor atualizado para 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 28.054.

O montante de R\$ 30.257 está pulverizado em vários outros processos (R\$ 11.435 em 31 de dezembro de 2021).

18.2.3. Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022, as contingências regulatórias com expectativa de perda possível somam um total de R\$ 126.636, sendo que as principais contingências são referentes a:

i. Por conta da recusa da Controlada Rio Paranapanema em pagar os valores em disputa na Ação Ordinária mencionada na nota explicativa nº 13 ("Encargos de Uso da Rede Elétrica"), a Aneel autou a Controlada por meio do Auto de Infração nº 014/2009-SFG por supostamente não ter a Controlada (i) firmado os CUSD com as concessionárias de distribuição; e (ii) não ter quitado o passivo da TUSD-g acumulado de julho de 2004 a junho de 2009. Por conta disso, a Controlada ajuizou Mandado de Segurança para suspender a cobrança da multa imposta, tendo sido a liminar deferida em junho de 2009. Em junho de 2013, a sentença denegou o pedido de liminar feito pela Controlada no Mandado de Segurança impetrado, mantendo-se a multa imposta pela Aneel. Em outubro de 2013 a Controlada requereu no processo a suspensão da exigibilidade da multa até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança, mediante o depósito do valor integral e atualizado da multa objeto da ação. Em dezembro de 2013, a Controlada interpôs recurso de apelação o qual ainda está pendente de julgamento. A classificação é de perda possível, e o valor é de R\$ 40.791 (R\$ 38.255 em 31 de dezembro de 2021);

ii. Em 2002, AES Sul distribuidora de energia elétrica ingressou com ação judicial visando não se sujeitar a aplicação retroativa da Resolução 288 da Aneel. A Controlada Rio Paranapanema pode ser impactada por eventual decisão favorável à distribuidora e o valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 50.951 (R\$ 47.843 em 31 de dezembro de 2021); e

iii. Entre 2010 e 2012, uma associação de distribuidoras e uma distribuidora ingressaram com ações judiciais visando anular os despachos da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF)/Aneel nº 2.517/2010 e 1.175/2012, respectivamente. A Controlada pode ser impactada por eventuais decisões favoráveis às distribuidoras. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 26.056 (R\$ 19.742 em 31 de dezembro de 2021).

18.2.4. Cíveis

Em 31 de dezembro de 2022, a principal contingência cível na Controlada indireta Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. com expectativa de perda possível, refere-se a uma Ação de Desapropriação em que se discute a desapropriação e valoração do imóvel para a construção do reservatório da UHE Palmeiras. A decisão de primeira instância foi favorável à Controlada indireta considerando a perícia realizada. O processo atualmente aguarda decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo diante do recurso apresentado pelo réu Millenard Badran. Atualmente o valor envolvido com risco de perda possível é de R\$ 28.193.

19. CONTRATOS FUTUROS DE ENERGIA

As operações de contratos futuro de energia são transacionadas em mercado ativo e reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado.

As operações foram realizadas pela Controlada CTG Trading até 2026 e foram reconhecidas pelo seu valor justo na data de fechamento de cada operação. São reconhecidos na rubrica de outros resultados operacionais os ganhos/perdas líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado das operações em aberto na data das demonstrações financeiras.

Este valor justo é estimado, em grande parte, pelas cotações de preço utilizadas no mercado ativo de balcão, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em menor parte, pelo uso de técnicas de avaliação que consideram preços estabelecidos nas operações de compra e venda e preços de mercado projetados por entidades especializadas, no período de disponibilidade destas informações. A taxa de desconto utilizada para fins de cálculo do valor justo, consiste na taxa de Depósitos Interbancários (DI), acrescida da taxa de risco da contraparte definida pela Controlada.

Os saldos patrimoniais, referentes às transações de contratos futuros de energia em aberto estão abaixo apresentados.

	Consolidado					
	2022			2021		
	Ativo	Passivo	Resultado da operação	Ativo	Passivo	Resultado da operação
Circulante	210.179	159.716	50.463	121.520	98.637	22.883
Não circulante	115.425	80.525	34.900	74.665	11.625	63.040
	325.604	240.241	85.363	196.185	110.262	85.923

A mutação dos saldos referente às transações de contratos futuros de energia em aberto é a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	85.923
Novos	13.840
Realizados	(24.318)
Varição do valor justo	9.918
Saldo em 31 de dezembro de 2022	85.363
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.609
Novos	85.923
Realizados	(1.609)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	85.923

19.1. Análise de sensibilidade sobre as operações de trading

As análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, considerando a elevação de 25% e 50% nos preços futuros, aplicados sobre as curvas de mercado de dezembro de 2022. Os resultados obtidos são estes:

	Cenário - Δ 50%	Cenário - Δ 25%	Mudança/alteração razoavelmente possível	Cenário + Δ 25%	Cenário + Δ 50%
Resultados não realizados em contratos futuros de energia	(4.873)	(2.436)	85.363	2.436	4.873

A variação da taxa de desconto não impacta de forma importante o valor justo apurado, visto a curta *duration* da carteira de contratos futuros em aberto, motivo pelo qual não foi apresentada análise de sensibilidade.

20. PLANO DE PENSÃO E APOSENTADORIA

20.1. Benefícios a empregados

20.1.1. Obrigações de aposentadoria

A Controlada Rio Paranapanema Energia patrocina planos de pensão e aposentadoria a seus empregados. Esses planos foram constituídos de acordo com as características de benefício definido e contribuição definida. Os custos, contribuições e o passivo ou ativo atuarial do plano de benefício definido são determinados, anualmente, em 31 de dezembro, por atuários independentes, e apurados usando o método do crédito unitário projetado e registrados de acordo com a Deliberação CVM nº 110/2022 (CPC 33 (R1)/IAS 19 - Benefícios a Empregados).

Com relação aos planos de pensão de benefício definido, a Controlada reconhece passivo no balanço patrimonial se o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço é maior que o valor justo dos ativos do plano.

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de descontos condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

A Controlada reconheceu um passivo atuarial no seu balanço patrimonial com contrapartida em resultados abrangentes, em virtude de perdas apuradas no cálculo atuarial resultante da queda da taxa de desconto utilizada no cálculo dos ativos e passivos do plano de aposentadoria, sem efeito em resultado.

Os custos correntes do plano, incluindo os juros, menos os rendimentos esperados dos ativos, são reconhecidos no resultado mensalmente. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes, com efeito imediato no patrimônio líquido da Controlada.

20.2. Contribuição definida

No plano de contribuição definida, a Controlada Rio Paranapanema Energia faz contribuições mensais contratuais para o plano de previdência privado conforme opção do colaborador para esse benefício.

No plano de contribuição definida, a Controlada faz contribuições mensais contratuais para o plano de previdência privado conforme opção do colaborador para esse benefício. A Controlada não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas, cujo montante foi de R\$ 191 (R\$ 167 em 31 de dezembro de 2021).

20.3. Benefício definido

A Controlada Rio Paranapanema Energia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados. A Vivest (antiga Fundação CESP) é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios supracitados.

O Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão - PSAP Rio Paranapanema é estruturado na modalidade de Benefício definido, criado em 1º de setembro de 1999 e encontra-se aberto à novas adesões para os empregados da Controlada. O plano garante uma suplementação do benefício do INSS mediante à aposentadoria e invalidez aos empregados inscritos no plano, conforme as regras definidas pelo Regulamento do Plano, atualmente está aberto para a entrada de novos participantes.

O custeio do plano é determinado pelo Regulamento através das contribuições dos participantes, aposentados e patrocinadores.

A Controlada designou a empresa Mercer Human Resource Consulting Ltda., atuária independente, para conduzir a avaliação atuarial anual, visando determinar os passivos e custos que os mesmos representam, com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1)/IAS 19 - Benefícios a empregados, obrigatório para as Sociedades Anônimas de capital aberto pela Deliberação CVM nº 110/2022. Durante este processo, todas as premissas atuariais foram revisadas. A avaliação atuarial adotou o método do crédito unitário projetado e o ativo líquido do plano é avaliado pelo valor justo.

As obrigações com a Vivest (uma das entidades administradoras dos planos de benefícios), referente ao Plano com Benefício Definido, são registradas no passivo não circulante na rubrica de plano de pensão e aposentadoria.

20.3.1. Conciliação dos ativos/passivos a serem reconhecidos no balanço patrimonial

	2022	2021
Obrigação de benefício definido	(401.112)	(429.589)
Valor justo do ativo do plano	390.004	387.401
Passivo reconhecido no balanço patrimonial	(11.108)	(42.188)

No exercício de 2022, a Controlada contabilizou uma redução em seu passivo de longo prazo no valor de R\$ 31.080 (R\$ 1.903 em 31 de dezembro de 2021) em contrapartida ao patrimônio líquido (outros resultados abrangentes), conforme estabelecido pelo CPC 33 (R1)/IAS 19 - Benefícios a empregados.

20.3.2. Movimento do (passivo)/ativo a ser reconhecido no balanço patrimonial

	2022	2021
Valor líquido do passivo de benefício definido no final do ano anterior	(42.188)	(44.091)
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	(6.076)	(6.093)
Contribuições da empresa realizadas no exercício	1.356	1.112
Redimensionamento da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes ("OCI")	35.800	6.884
Valor líquido do passivo de benefício definido no final do ano	(11.108)	(42.188)

20.3.3. Evolução do valor presente das obrigações no final do exercício

	2022	2021
Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	429.589	415.243
Custo do serviço corrente	3.539	3.951
Custo do serviço	2.220	2.991
Contribuição de participante	1.319	960
Custo dos juros	39.411	29.008
Benefícios pagos pelo plano no exercício	(27.244)	(24.005)
Redimensionamento da obrigação	(44.183)	5.392
Obrigação de benefício definido no final do ano	401.112	429.589

20.3.4. Evolução do valor justo dos ativos no final do exercício

	2022	2021
Valor justo do ativo do plano no final do ano anterior	387.401	371.152
Rendimento real dos ativos	27.172	38.182
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	35.555	25.906
Rendimento do valor justo do ativo do plano	(8.383)	12.276
Contribuições no exercício	2.674	2.072
Benefícios pagos pelo plano no exercício	(27.244)	(24.005)
Valor justo dos ativos no final do exercício	390.004	387.401

20.3.5. Despesa anual reconhecida no resultado do exercício

	2022	2021
Custo do serviço corrente	2.220	2.991
Custo dos juros sobre a obrigação de benefício definido	39.411	29.008
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	(35.555)	(25.906)
Total	6.076	6.093

20.3.6. Remunerações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes

	2022	2021
Saldo no início do exercício	(38.560)	(60.765)
Efeito da alteração de premissas financeiras	52	(232)
Efeito da alteração de premissas demográficas	(5.675)	66.389
Efeito da experiência do plano	8.383	(12.276)
Rendimento sobre o valor justo do ativo do plano	35.800	(6.884)

20.3.7. Premissas utilizadas nas avaliações atuariais

20.3.7.1. Hipóteses econômicas

	2022	2021
Taxa nominal de desconto (*)	10,41% ao ano	9,47% ao ano
Taxa de retorno esperado dos ativos	10,41% ao ano	9,47% ao ano
Taxa nominal de crescimento salarial	6,60% ao ano	6,60% ao ano
Crescimento dos benefícios da previdência social e dos limites	4,00% ao ano	4,00% ao ano
Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,00% ao ano	4,00% ao ano
Fator de capacidade		
Salários	100,00%	100,00%
Benefícios	100,00%	100,00%

(*) Utilização de taxas nominais

20.3.7.2. Hipóteses demográficas

	2022	2021
Mortalidade geral	AT-2000 (masculina) suavizada em 10%	AT-2000 (masculina) suavizada em 10%
Entrada em invalidez	Mercer Disability suav. Em 50%	Light Fraca suavizada em 30%
Mortalidade de inválidos	AT - 1949 Masculina agravada em 10%	AT - 1949 Masculina agravada em 10%
Composição familiar	Funcesp 2014	Funcesp 2014
Tempo de contribuição INSS:	Tempo de contribuição INSS:	Tempo de contribuição INSS:
Idade de aposentadoria	35 Homens e 30 Mulheres	35 Homens e 30 Mulheres
Tempo de filiação ao Plano: 15 anos	Tempo de filiação ao Plano: 15 anos	Tempo de filiação ao Plano: 15 anos
Taxa de crescimento salarial	2,50%	2,50%
Rotatividade	Experiência Funcesp suavizada em 50%	Experiência Funcesp suavizada em 50%

20.3.8. Dados dos participantes

	2022	2021
Número de Participantes		
Ativos	208	210
Aposentados	190	189
Inválidos	15	14

20.3.9. Análise de sensibilidade das premissas atuariais

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, que em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 401.112, a Controlada realizou análise de sensibilidade da principal premissa atuarial, a taxa de desconto, considerando uma variação de 1p.p., tendo como resultado os seguintes efeitos:

	Taxa de desconto (+1,00 p.p.)	(-1,00 p.p.)
Impacto na Obrigação de Benefício Definido	(36.943)	44.438
Total da Obrigação de Benefício Definido	364.169	445.550
Duration da obrigação (em anos)	9,66	10,51

20.3.10. Estimativa da despesa de benefício definido projetada para o próximo exercício

Custo do serviço corrente	921
Custo dos juros	40.323
Rendimento esperado dos ativos do plano	(39.399)
Custo da obrigação de benefício definido	1.845

20.3.11. Outras informações sobre as obrigações atuariais

O valor esperado de contribuições da Controlada para o exercício de 2022 é de R\$ 2.537 (R\$ 1.722 em 31 de dezembro de 2021).

Os pagamentos esperados da obrigação de benefício definido para os próximos 10 anos são os seguintes:

1 ano	29.690
Entre 2 e 5 anos	132.328
Entre 5 e 10 anos	203.779

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1. Capital social subscrito e integralizado

Ações Ordinárias (ON) são classificadas como patrimônio líquido. Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, cujas deliberações serão tomadas na forma deste Estatuto Social e da legislação aplicável, observadas as disposições do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

O capital social subscrito e integralizado da Rio Paranapanema Participações é de R\$ 798.355 dividido em 798.355 ações no valor de R\$ 1,00 cada uma.

	Posição acionária em 2022 e 2021	
	Ações ordinárias	%
Acionistas		
China Three Gorges Brasil Energia S.A.	532.263.127	66,67
Huikai Clean Energy S.A.R.L	266.091.646	33,33
	798.354.773	100,00

21.2. Reservas de capital

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Deságio na subscrição de ação	(6.626)	(6.626)
Reserva especial - Reorganização societária - Aquisição Rio Sapucaí-Mirim Energia	(9.841)	(9.841)
	(16.467)	(16.467)

21.3. Custo atribuído

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de determinados itens do ativo imobilizado na data de transição para IFRS/CPCs, sendo a contrapartida registrada no patrimônio líquido, outros resultados abrangentes.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

22.1. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

O Grupo reconhece a receita quando:

- O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo; e
- Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir:

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as eventuais contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

O Grupo reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Sociedade, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.





Rio Paranapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.2. Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de suprimento de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

	Consolidado	
	2022	2021
Receita operacional bruta		
Contratos ACL	1.528.537	1.373.264
Comercialização de energia	558.267	456.816
Mercado de curto prazo (MCP)	50.862	156.687
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	10.696	3.302
	2.148.362	1.990.069
Outras receitas		
Outras receitas	507	448
	507	448
Total receita operacional bruta	2.148.869	1.990.517
Deduções à receita operacional		
PIS e COFINS	(186.482)	(173.732)
ICMS	(70.528)	(42.216)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(12.920)	(13.058)
	(269.930)	(229.006)
Receita operacional líquida	1.878.939	1.761.511

23. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA, COMPRADA E ENCARGOS DE USO DA REDE

23.1. Energia elétrica vendida

	Consolidado			
	2022		2021	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	7.240.218	1.528.537	7.826.708	1.373.264
Comercialização de energia	2.941.344	558.267	1.758.090	456.816
Mercado de curto prazo (MCP)	845.641	50.862	206.621	156.687
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	793.805	10.696	313.918	3.302
	11.551.008	2.148.362	10.105.337	1.990.069

(*) Não auditado pelos auditores independentes

23.2. Energia elétrica comprada

	Consolidado			
	2022		2021	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	748.656	142.517	1.188.322	504.642
Comercialização de energia	2.941.514	515.375	1.754.887	563.205
Mercado de curto prazo (MCP)	18.176	1.075	233.778	48.411
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	2.187.058	52.891	1.694.276	26.758
(-) Crédito de PIS	-	(11.139)	-	(15.718)
(-) Crédito de COFINS	-	(51.306)	-	(72.397)
	5.895.404	649.413	4.871.263	1.054.901

(*) Não auditado pelos auditores independentes

A queda no custo com energia elétrica comprada se dá, principalmente, pela recuperação no cenário hidrológico (GSF) e, também, pela queda no PLD médio na comparação entre os dois anos.

23.3. Encargos de uso da rede elétrica

	2022		2021	
	R\$	R\$	R\$	R\$
Tust	162.577	149.882	178.555	153.843
Tust	33.053	23.194	178.555	153.843
Encargos de conexão	246	147	178.555	153.843
(-) Crédito de PIS	-	(3.090)	-	(3.457)
(-) Crédito de COFINS	-	(14.231)	-	(15.923)
	178.555	153.843	178.555	153.843

As tarifas devidas pelo Grupo e estabelecidas pela Aneel são: TUST, TUSD-g e Encargos de Conexão (vide nota explicativa nº 13). A TUST remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em: (i) valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a um valor estimado em 80% do encargo TUST, e (ii) valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo Tust. As usinas que pagam TUST são: UHEs Jurumirim, Capivara, Chavantes e Taquaruçu, pois estão ligadas diretamente à Rede Básica.

A TUSD-g remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à Rede Básica ou a centros de consumo. As usinas da Rio Paranapanema que pagam TUSD-g para acessar os centros de consumo, são: UHEs Rosana (que se encontra na área de concessão da Elektro Eletricidade e Serviços S.A.) e Canoas I, Canoas II e Salto Grande (que se encontram na área de concessão da Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A., antiga Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.). As PCHs Retiro e Palmeiras (que se encontram na área de concessão da CPFL Paulista) também estão sujeitas a este pagamento.

Os encargos de conexão são pagos mensalmente à CTEEP devido ao uso de instalações na tensão de distribuição (entrada de linha em 13,8 kV).

24. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência. As receitas são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, juros e descontos obtidos e as despesas por juros e atualização monetária sobre debêntures, variações monetárias sobre liminares e provisões para riscos.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas				
Aplicações financeiras	1.893	1.009	43.078	16.025
Variações monetárias	324	124	11.206	11.244
Depósitos judiciais	138	63	8.920	2.667
Inadimplência CCEE	-	-	2.100	8.394
Outras	186	61	186	183
Compensação financeira	-	-	-	88.779
(-) PIS e COFINS	(9.001)	(54)	(11.381)	(922)
Outras receitas financeiras	5	31	1.293	446
	(6.779)	1.110	44.196	115.572
Despesas				
Juros	-	-	(110.409)	(82.109)
Debêntures	-	-	(110.303)	(82.010)
Outros	-	-	(106)	(99)
Variações monetárias	-	-	(81.209)	(208.173)
Atualização monetária referente a liminares CCEE	-	-	(31.084)	(124.447)
Provisões para riscos	-	-	(2.337)	(2.718)
Debêntures	-	-	(33.261)	(73.602)
Outras	-	-	(14.527)	(7.406)
Despesas plano de pensão	-	-	(6.076)	(6.093)
Outras despesas financeiras	(751)	(2)	(3.233)	(2.664)
	(751)	(2)	(200.927)	(299.039)
	(7.530)	1.108	(156.731)	(183.467)

25. APURAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E TRIBUTOS DIFERIDOS

25.1. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	2022		2021		2021	
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL						
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(61.065)	(21.983)	(83.048)	(1.894)	(682)	(2.576)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Juros sobre capital próprio	(24.047)	(8.657)	(32.704)	-	-	-
Equivalência patrimonial de controlada	65.401	23.545	88.946	3.803	1.369	5.172
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa	5.912	2.129	8.041	(1.909)	(687)	(2.596)
Outras adições permanentes, líquidas	24	-	24	-	-	-
IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	(13.775)	(4.966)	(18.741)	-	-	-
IRPJ e CSLL correntes	13.774	4.967	18.741	-	-	-
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	13.774	4.967	18.741	-	-	-
Ajustes correntes - exercícios anteriores	-	-	-	(8)	(4)	(12)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	13.774	4.967	18.741	(8)	(4)	(12)
Alíquota efetiva	5,6%	2,0%	7,7%	0,0%	0,0%	0,0%

Resultado antes do IRPJ e CSLL

	Consolidado					
	2022		2021		2021	
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(87.531)	(31.511)	(119.042)	566	204	770
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Juros sobre capital próprio	953	343	1.296	-	-	-
Incentivos fiscais	2.869	-	2.869	-	-	-
Amortização encargo credor inflacionário	2.260	(73)	2.187	2.260	(73)	2.187
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa	5.913	2.129	8.042	(1.909)	(687)	(2.596)
Provisão liminar GSF	-	-	-	(333)	(120)	(453)
Outras adições permanentes, líquidas	(1.325)	(503)	(1.828)	(11)	(5)	(16)
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas	(5.665)	(3.196)	(8.861)	7.155	2.456	9.611
IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	(82.526)	(32.811)	(115.337)	7.728	1.775	9.503
IRPJ e CSLL correntes	94.614	36.897	131.511	863	431	1.294
IRPJ e CSLL diferidos	(12.088)	(4.086)	(16.174)	(8.591)	(2.206)	(10.797)
Total IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	82.526	32.811	115.337	(7.728)	(1.775)	(9.503)
Ajustes correntes - exercícios anteriores	-	-	-	(8)	(4)	(12)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	82.526	32.811	115.337	(7.736)	(1.779)	(9.515)
Alíquota efetiva	23,6%	9,4%	32,9%	341,3%	78,4%	419,7%

Foram excluídos da apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Rio Paranapanema, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos seguintes pronunciamentos técnicos: CPC 33 - Benefícios a Empregados, CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações e CPC 27 - Ativo Imobilizado.

25.2. Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível de legalmente compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

A Controlada indireta Rio Sapucaí Mirim é optante pelo regime de tributação pelo lucro presumido, portanto, não constitui provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos.

	Consolidado					
	2022		2021		2021	
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Prejuízo fiscal e Base de cálculo negativa	359.847	128.391	488.238	395.480	141.486	536.966
Liminar GSF/Garantia física	39.707	14.295	54.002	31.936	11.497	43.433
Provisões para riscos	10.626	3.825	14.451	9.848	3.545	13.393
Benefício fiscal	6.835	2.461	9.296	8.212	2.956	11.168
Amortização de direito de uso	117	42	159	93	33	126
Valores recebidos a maior RTE	78	28	106	69	25	94
Ajuste atuarial plano de pensão	-	-	-	6.736	2.425	9.161
Outras provisões	3.776	1.359	5.135	5.666	2.040	7.706
Total	420.986	150.401	571.387	458.040	164.007	622.047
Passivo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	(175.908)	(63.327)	(239.235)	(194.113)	(69.881)	(263.994)
Ajuste de avaliação patrimonial	(101.839)	(36.662)	(138.501)	(124.680)	(44.885)	(169.565)
Contratos futuros de energia	(21.339)	(7.683)	(29.022)	(21.481)	(7.733)	(29.214)
Mais-valia - investimento em controlada	(6.513)	(2.345)	(8.858)	(6.513)	(2.345)	(8.858)
Ajuste atuarial plano de pensão	(1.034)	(372)	(1.406)	-	-	-
Total	(306.633)	(110.389)	(417.022)	(346.787)	(124.844)	(471.631)
Imposto diferido líquido	114.353	40.012	154.365	111.253	39.163	150.416

Em 1º de janeiro de 2009, conforme previsto no CPC 27/IAS 16 - Ativo imobilizado e em atendimento às orientações contidas no ICP 10 o Grupo reconheceu o valor justo de certos ativos imobilizados (custo atribuído) na data da adoção inicial dos CPCs e do IFRS. Em decorrência, o Grupo também reconheceu os correspondentes valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, nessa data de transição, acima apresentado no quadro como Ajuste de avaliação patrimonial.

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo ocorrerá na medida em que tais valores sejam oferecidos à tributação. O Grupo apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos no grupo não circulante conforme CPC 26/IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras.

O Grupo tem a expectativa de realização do imposto de renda e de contribuição social diferidos de acordo com premissas internas e conforme apresentado no quadro abaixo:

	2023	2024	2025	2026	2027	a partir de 2028	Total
Imposto de renda e contribuição social diferidos	36.842	(7.273)	(7.704)	(6.455)	(5.974)	144.929	154.365

25.3. Benefício fiscal - Ágio incorporado

O montante de ágio absorvido pela Rio Paranapanema Energia S.A., em razão da incorporação da Duke Energia do Sudeste Ltda. ("Duke Sudeste"), em fevereiro de 2022 teve como fundamento econômico a expectativa de resultados futuros e será amortizado até 2030, conforme estipulado pela Resolução Aneel nº 28/2002, baseado na projeção de resultados futuros, elaborada por consultores externos naquela data.

A Controlada Rio Paranapanema Energia S.A. constituiu provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do ágio no balanço patrimonial, segue sua composição:

	Consolidado					
	2022		2021		2021	
	Ágio	Provisão	Valor líquido	Ágio	Provisão	Valor líquido
Saldos oriundos da incorporação	305.406	(201.568)	103.838	305.406	(201.568)	103.838
Realização	(278.052)	183.510	(94.542)	(272.546)	179.876	



Rio Paranapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.998.301/0001-81

—★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Principais Indicadores de Gestão	2021							
	Geração	Margem %	Comercia- lização	Margem %	Administra- ção outros	Margem %	Consolidado	Margem %
Receita operacional líquida	1.346.810	100,0%	414.701	100,0%	—	100,0%	1.761.511	100,0%
Ebitda	489.169	36,3%	(16.191)	-3,9%	(7.689)	0,0%	465.289	26,4%
Lucro líquido	(8.799)	-0,7%	23.675	5,7%	(7.625)	0,0%	7.251	0,4%
Depreciação e amortização	(283.030)	—	—	—	(1.056)	—	(284.086)	—
Receita financeira	62.398	—	52.064	—	1.110	—	115.572	—
Despesa financeira	(299.035)	—	(2)	—	(2)	—	(299.039)	—
Imposto de renda e contribuição social	21.699	—	(12.196)	—	12	—	9.515	—

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

28.1.1. Classificação

O Grupo pode classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Mensurados ao valor justo através do resultado; e
- Mensurados ao custo amortizado.

A Administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido. Nestas demonstrações financeiras, a Sociedade classifica seus instrumentos financeiros como mensurado ao custo amortizado:

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras e operacionais, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de *hedge* (*hedge accounting*).

28.1.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os custos das transações dos ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado (destinados à negociação) são reconhecidos no resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

28.1.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

28.2. Mensuração do valor justo

O Grupo mensura alguns instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que o Grupo possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

As operações do Grupo compreendem a geração e a venda de energia elétrica para companhias distribuidoras e clientes livres. As vendas são efetuadas através dos denominados "contratos bilaterais", assinados em período posterior ao da privatização da Rio Paranapanema, que determinam a quantidade e o preço de venda da energia elétrica. O preço é reajustado anualmente pela variação do IGP-M e/ou IPCA. Eventuais diferenças entre a quantidade de energia gerada, energia alocada e o somatório das quantidades vendidas através de contratos são ajustadas através das regras de mercado e liquidadas no âmbito da CCEE. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio do Grupo estão descritos na nota explicativa nº 4.

Nos contratos fechados no mercado livre com os consumidores livres e comercializadores, o Grupo, através da área de crédito, efetua a análise de crédito e define os limites e garantias que serão requeridos.

Todos os contratos têm cláusulas que permitem o Grupo a cancelar o contrato e a entrega de energia no caso de não cumprimento

dos termos do contrato.

28.3. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

28.3.1. Considerações gerais

O Grupo participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A Administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

Os principais instrumentos financeiros do Grupo estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	2022		2021	
			Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Ativos financeiros						
Caixas e bancos	Custo amortizado	—	102	102	4.386	4.386
Aplicações financeiras	Valor Justo por meio do resultado	Nível 2	312.412	312.412	222.961	222.961
Aplicações financeiras vinculadas	Valor Justo por meio do resultado	Nível 2	1.401	1.401	1.039	1.039
Clientes	Custo amortizado	—	232.477	232.477	230.536	230.536
Partes relacionadas	Custo amortizado	—	2.134	2.134	—	—
Depósitos judiciais	Custo amortizado	—	65.630	65.630	61.829	61.829
Contratos futuros de energia	Valor Justo por meio do resultado	Nível 2	325.604	325.604	196.185	196.185
			939.760	939.760	716.936	716.936
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	—	545.525	545.525	607.338	607.338
Encargos setoriais	Custo amortizado	—	43.500	43.500	38.103	38.103
Partes relacionadas	Custo amortizado	—	63.874	63.874	62.559	62.559
Debêntures	Custo amortizado	—	979.230	981.589	1.293.195	1.281.889
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	Custo amortizado	—	75.539	75.539	1.515	1.515
Contratos futuros de energia	Valor Justo por meio do resultado	Nível 2	240.241	240.241	110.262	110.262
			1.947.909	1.950.268	2.112.972	2.101.666

29. SEGUROS

A CTG BR mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização (*)
Risco operacional	04/08/2022 a 04/08/2023	1.000.000
Responsabilidade civil	04/08/2022 a 04/08/2023	140.000
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2021 a 04/08/2023	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2022 a 08/12/2023	150.000
Risco cibernético	08/09/2022 a 08/09/2023	15.000

(*) Não auditado pelos auditores independentes

30. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

	Consolidado	
	2022	2021
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	87.477	90.157
Imposto diferido sobre a realização de avaliação patrimonial	(29.742)	(30.654)
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício diferido	4.880	4.982
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganhos atuariais	(1.659)	(1.694)
Efeito não financeiro sobre o pagamento da liminar GSF	—	594.642
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	31.080	1.903
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	(10.567)	(647)
Juros sobre capital próprio prescritos	47	—
Dividendos prescritos	189	178

31. COMPROMISSOS

31.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

O Grupo possui contratos de compra e venda nos ambientes de contratação livre até:

- 2027, com contratos bilaterais.
- Até 2026, realiza marcação a mercado dos contratos futuros de compra de energia.

Para eventuais sobras de energia os contratos são negociados pontualmente.

32. EVENTO SUBSEQUENTE

32.1. Decisão STF sobre a coisa julgada em casos tributários

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento sobre a "coisa julgada" em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a decisão proferida em processos individuais com trânsito em julgado, cessa imediatamente os seus efeitos quando proferida decisão pela Suprema Corte, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia e suas Controladas avaliaram a decisão e concluíram que não existem impactos nas demonstrações financeiras e na destinação do resultado do exercício em decorrência de tal decisão.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva - Membro Efetivo
Xinyang Cao - Membro Efetivo
Evandro Leite Vasconcelos - Membro Efetivo
Zhigang Chen - Membro Efetivo
José Renato Domingues - Membro Efetivo

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva - Diretor Presidente
João Luis Campos da Rocha Calisto - Diretor
Vitor Hugo Lazzareschi - Diretor
Márcio José Peres - Diretor
Rodrigo Teixeira Egreja - Diretor

CONTADOR

Rodrigo Teixeira Egreja
Diretor de Controladoria
Antonio dos Santos Enraut Junior
Contador - CRC PR-068461/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Rio Paranapanema Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Rio Paranapanema Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Rio Paranapanema Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Paranapanema Participações S.A. e da Rio Paranapanema Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

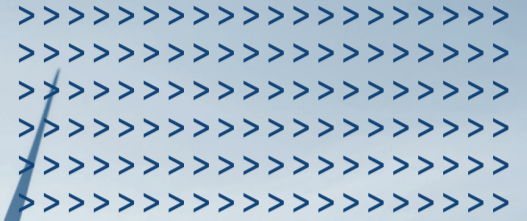
Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

www.ctgbr.com.br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

ctgbr.com.br



O futuro pede mudanças. E temos a energia para isso.

Somos a CTG Brasil, uma das líderes em geração de energia limpa no País. Atuamos de forma sustentável e temos a energia necessária para impulsionar a transição energética, criando futuros mais positivos e saudáveis.



Saiba mais sobre a nossa **Estratégia ESG.**

MAIS QUE ENERGIA. **ENERGIA LIMPA.**

